

# **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO LESTE FLUMINENSE (CONLESTE): ORGANISMO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COOPERAÇÃO REGIONAL NO TERRITÓRIO FLUMINENSE**

**Priscila Freire Caetano**  
**Orientador: Prof. Dr. Augusto César Pinheiro da Silva**

## **Introdução**

A presente pesquisa trata-se da investigação do processo de regionalização por meio de um consorciamento de municípios a Leste do território fluminense, conhecido como CONLESTE (Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento do Leste Fluminense), recorte político-territorial composto por 12 municípios (Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá) que compõem uma nova estratégia de poder no estado do Rio de Janeiro.

## **Objetivo**

Objetiva-se entender como essa nova configuração política no território fluminense em formação pode contribuir para a gestão e o planejamento de políticas públicas voltadas as transformações geradas pelo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, assim como os avanços políticos e socioespaciais foram e são necessários para o desenvolvimento de tal arquitetura política. Para isso, será analisado: 1) o espaço político local, o município enquanto ente autônomo da federação; 2) o que vem a ser um consórcio de unidades federadas; 3) quais são seus preceitos legais para a gerência de políticas públicas em consorciamento; 4) os conceitos de *planejamento* e *gestão do território*, tendo os municípios reunidos no CONLESTE como exemplo de mecanismo e ferramenta para a gerência de políticas públicas.

## **Justificativa**

Durante o processo de pesquisa, os rumos iniciais que balizaram o trabalho sofreram alterações, na medida em que novos elementos foram descobertos e agregados à linha de investigação. Esta estava voltada, inicialmente, ao estudo do empreendimento industrial petroquímico e as transformações do espaço geográfico ao qual o estado fluminense está sujeito. Entretanto, algumas questões consideradas mais expressivas e inovadoras modificaram o enfoque do trabalho, que se voltou para a discussão das políticas públicas relacionadas a demandas geradas e/ou intensificadas, essencialmente no que tange a gestão e o planejamento dos municípios adjacentes ao projeto em desenvolvimento. A importância desse estudo diz respeito à forma como questões regionais surgem no bojo de problemáticas que ultrapassam limites municipais, interferindo em inúmeras instâncias locais, exigindo-se delas políticas inovadoras e um aprimoramento na gestão e planejamento das políticas públicas das mesmas, tendo como base as necessidades compartilhadas pelas populações desses territórios.

## **Metodologia**

Quanto à base teórico-metodológica, vem sendo realizadas revisões bibliográficas acerca dos conceitos e noções de *consórcio*, *planejamento territorial* e *gestão do território*. Como procedimentos metodológicos, foram realizadas conjuntamente consultas a *sites* oficiais.

## Conclusão parcial

Ao se considerar o planejamento e a gestão territorial como estratégias das políticas territoriais faz-se importante identificar as possíveis articulações entre os agentes (as inúmeras entidades existentes no espaço, tais como sindicatos, empresas públicas e privadas, associações diversas, entre outras) e os atores locais. A transformação espacial e a refuncionalização do espaço são realizadas justamente a partir da articulação entre estes agentes, demonstrando que o processo existente está baseado na cooptação e negociação de todas as esferas que compõe a sociedade. Desta maneira, não se tornaria possível gerir democraticamente um espaço sob a égide de um discurso vertical e hierárquico que não promova uma interação entre a sociedade civil organizada e as instâncias políticas. Apesar desta possível “liberdade”, por conta da interação com a sociedade, a legislação reafirma a última instância para o poder do gestor instituído das políticas locais de desenvolvimento. Portanto, por mais que a liberdade concedida às empresas e a própria sociedade exista em determinada parcela espacial, esta liberdade é subsidiada (ou não) pelos próprios governos locais, que detém a força necessária para garantir sua própria soberania local. Nesse sentido os governos municipais devem manter um processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento dos municípios, o bem-estar das populações e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais. Estratégias como as do CONLESTE buscam, por meio da aproximação entre as governanças locais, a integração da gestão e do planejamento, e possibilitam, ao menos em tese, ações conjuntas, priorizando interesses que são comuns às populações dos municípios integrantes. A princípio, essa ideia pode culminar em uma maior eficiência de ações, na aplicação de recursos e no atendimento as necessidades das populações. Para isso, todavia, será preciso a realização de um projeto político que busque disseminar a percepção por parte dos indivíduos da necessidade de participação política nas decisões tomadas, que fuja da lógica de sujeição comumente assumida, e se destaque pela importância dada às esferas locais de gestão. Tal iniciativa pode contribuir ao entendimento de que

não é só o Estado que planeja e gere; certos agentes modeladores do espaço, como o grande capital industrial e imobiliário, elaboram suas geoestratégias de forma clara e, não raro, sofisticada. A parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática (diretamente ou pressionando o Estado). [1]

Desta forma é necessária uma mudança de perspectiva das ações por parte das populações, empresas, instituições e dos governantes locais, para que o fortalecimento do consórcio e demais órgãos e associações tenham a possibilidade de construir uma estrutura de poder de ação mais efetivo, que busque consolidar uma gestão integrada e permanente dos territórios. Tais medidas devem, em um primeiro momento, estancar as principais causas das complicações existentes naquele espaço regional. Assim, deve-se mencionar a necessidade de políticas concretas que estimulem a mitigação de impactos desencadeados pelo COMPERJ como os déficits de vagas em escolas públicas, habitacional, de leitos hospitalares e de infraestrutura, o que teria grande reflexo sobre questões relacionadas à desigualdade social, possibilitando maiores chances de transformação para a região.

## Referências

1 - SOUZA, Marcelo Lopes de. O Planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. IN: *Revista Território*, ano V, nº 8, jan./jun. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, 2000, p. 67-100.